

## Mundo



JULGAMENTO POR FRAUDE

Trump faz audiência de palanque

República alega que promotores querem impedir seu retorno à Casa Branca



# 'PESO DA RESPONSABILIDADE'

## Em tribunal de Haia, África do Sul acusa Israel de cometer genocídio na Faixa de Gaza

**A** Corte Internacional de Justiça (CIJ), com sede em Haia, começou a ouvir ontem a acusação movida pela África do Sul contra Israel por suposta violação da Convenção das Nações Unidas sobre Genocídio durante sua operação militar em Gaza. O país africano argumentou que Israel age com "intenção genocida" no enclave palestino, citando como evidência declarações de autoridades israelenses como o ministro da Defesa, Yoav Gallant, que disse que o país importaria um cerco completo ao território porque combatia "humanos animais".

No primeiro de dois dias de audiência, Pretória apelou ao órgão judicial internacional para pressionar o governo israelense a suspender imediatamente a ofensiva contra Gaza, que já deixou mais de 23 mil mortos, em sua maioria menores e mulheres, segundo o Ministério da Saúde do enclave, administrado pelo Hamas. Israel, que rechaça categoricamente a acusação de genocídio e apresentará sua defesa hoje, afirmou ontem que a

África do Sul age como "braço jurídico" do Hamas.

Nenhum ataque armado a um território esteja, por mais grave que seja, pode justificar ou defender violações da convenção — disse o ministro da Justiça sul-africano, Ronald Lamola, que chefiava a equipe de acusação. — A resposta de Israel ao ataque de 7 de outubro não trapassou esta linha e deu origem a violações da convenção.

Há mais de três meses, terroristas do grupo fundamentalista islâmico palestino Hamas cometeram o pior ataque em solo israelense desde a formação do país, em 1948 — foram 1.2 mil mortos e 240 pessoas feridas. Desde então, 132 ainda continuam em poder do grupo e seus aliados em Gaza.

**DECISÃO PODE TARDAR ANOS**

Como também é signatária da convenção, a África do Sul tem o direito de apresentar seu caso no órgão internacional — embora reconheça, em sua acusação, o "peso particular da responsabilidade" de acusar Israel de genocídio, em referência à tentativa nazista de exterminar o povo judeu na Segunda Guerra (1939-1945).

O país africano também condenou "inequivocamente" os ataques do Hamas que desencadearam a guerra em Gaza, mas membros da equipe legal formada por advogados e acadêmicos destacaram que o grupo terrorista palestino não é um Estado, estando sujeito a regras diferentes. Também afirmaram que a escala da resposta não era justificável.

Embora a decisão final da Corte sobre os atos de Israel contra os palestinos configurem ou não genocídio possa demorar anos — e nada garante que o Estado judeu cumpra com eventuais determinações — a equipe jurídica da África do Sul prioriza o pedido de medidas cautelares para cessar o conflito no enclave.

Entre as medidas imediatas solicitadas estão: a suspensão das operações militares israelenses em e contra Gaza; a garantia de que os militares israelenses (ou quaisquer forças relacionadas) parem as operações ofensivas; o fim do assédio e deslocamento do povo palestino; a normalização do acesso a alimentos, água, infraestrutura e saúde; e que Israel tome "todas as medidas

razoáveis ao seu alcance" para prevenir um genocídio.

Por anos, Israel se colocou acima e além da lei — afirmou o professor sul-africano Mas du Plessis, parte da equipe de acusação. — Qualquer motivo ou esforço para destruir o Hamas não exclui a intenção genocida de Israel contra todo ou parte do povo palestino em Gaza.

**DECLARAÇÕES COMO PROVA**

A equipe de acusação sul-africana usou declarações públicas feitas por autoridades israelenses, após o início da guerra, para sustentar seu caso e demonstrar que o governo israelense usou um discurso de sumariante contra os palestinos enquanto punha em prática sua resposta ao Hamas. Na avaliação dos juristas sul-africanos, as falas das autoridades direcionadas a combatentes e à população civil de Gaza demonstram intenção genocida.

Um dos exemplos foi a declaração do ministro da Defesa de Israel que se referiu ao inimigo como "humanos animais" ao ordenar um cerco a Gaza, impedindo a entrada de combustíveis, comida e

água no território de 2,3 milhões de habitantes. Na avaliação de Pretória, a linguagem utilizada por Israel condenou o Hamas e também os civis.

O premier israelense, Benjamin Netanyahu, também teve uma fala citada na acusação. Nela, ele exorta a população de Israel a lembrar "o que Amaleque fez", em referência à história dos amalequitas, do Antigo Testamento, em que Deus ordenou ao rei Saul a morte de todo aquele povo como punição por sua maldade.

Qual Estado admitiria intenção genocida? No entanto, a característica distintiva deste caso não foi o alívio como tal, mas a reiteração e repetição do discurso genocida em todas as esferas do Estado em Israel — afirmou um dos advogados sul-africanos.

A acusação sul-africana também levou à Corte dados de organizações internacionais atuantes em Gaza, descrevendo o cenário de privações a que a população foi submetida. O impacto da ação foi mensurado em mortos e feridos, incluindo com menção aos casos de crianças amputadas na guerra.

Em documento de 84 pági-

nas ao tribunal, Pretória afirmou que os bombardeios e as operações terrestres de Israel têm como objetivo "especificamente (...) destruir os palestinos de Gaza como parte da identidade nacional, racial e étnica mais ampla do país".

**'SHOW DE HIPÓCRISIA'**

O governo israelense repudiou a acusação sul-africana ao final da sessão de abertura do caso. O porta-voz da Chancelaria de Israel, Lior Haik, descreveu o caso jurídico contra o país como "um dos maiores shows de hipocrisia da História", acusando Pretória de servir como um "braço jurídico" do Hamas. Netanyahu também rejeitou a acusação e afirmou que a luta contra o "genocídio" é a mesma que Israel travava contra o Hamas em Gaza.

O governo brasileiro declarou quarta-feira apoio à ação da África do Sul, após reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o embaixador da Palestina no Brasil, Ibrahim Alzein. Ontem, o embaixador de Israel, Daniel Zohar Zohar, lamentou o posicionamento de Lula apoiando "essas acusações sem base".



Em campos opostos. Manifestantes pró-Palestina (acima e esquerda) e pró-Israel (à direita) ocupam as ruas de Haia durante a audiência na Corte Internacional de Justiça em que a África do Sul acusa o Estado judeu de genocídio em Gaza



## ANÁLISE

### Ação parece ser tentativa de obter cessar-fogo

Acusação de genocídio é difícil de provar, mas objetivo sul-africano focado em ordem provisória tem requisitos processuais menos complexos

LUCAS CARLOS LIMA [luccarolima@globo.com.br](mailto:luccarolima@globo.com.br)

Nos últimos suspiros de 2023, a República da África do Sul acrescentou um novo elemento jurídico ao conflito entre Hamas e Israel ao acionar a Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, por alegações de violações à Convenção de 1948, criada no pós-guerra mundial — que assistiu a um dos mais terríveis genocídios da história em solo europeu. Segundo o documento sul-africano, "os atos e omissões de Israel denunciadas pela África do Sul são de caráter genocida porque têm a intenção de destruir uma par-

te substancial do grupo nacional, racial e étnico palestino, que é a parcela do grupo palestino na Faixa de Gaza".

Apesar do processo iniciado, não se pode perder de vista que os tempos da Justiça Internacional são tão morosos quanto o da Justiça interna. A petição sul-africana é o início de um longo processo. Nos dois casos em que terminou de julgar alegações da violação da Convenção, a Corte Internacional de Justiça levou mais de dez anos para emitir uma decisão final. Isto porque o genocídio é uma figura jurídica internacional submetida a um padrão probatório especialmente alto exigido para sua verificação. Além de cometer atos de violência específicos contra um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, o genocídio enquanto figura jurídica exige uma vontade especial de eliminação, total ou parcial, do grupo em questão.

Contudo, a estratégia sul-africana parece estar em linha com outros processos recentes perante a Corte em que a Convenção foi invocada

(Ucrânia v. Rússia e Gâmbia v. Mianmar) que buscaram uma ordem provisória para a cessação das violações da Convenção em caráter de urgência. Nessas ocasiões, como a Corte precisa apenas satisfazer que ela teria jurisdição *prima facie*, que existirá um risco de dano, urgência e que os direitos violados são plausíveis, a Corte Internacional de Justiça pode emitir uma ordem com requisitos processuais menos rigorosos do que a prova de um genocídio.

Pode-se fazer uma leitura da ação sul-africana como a tentativa de uma rápida obtenção por parte da Corte de Haia de uma ordem de cessação de atos beligerantes por parte de Israel. Essa medida judicial poderia servir para exercer maior pressão internacional, também jurídica, para uma cessação das hos-

tilidades, inclusive levando as partes para a mesa de negociação. Obviamente, são muitos requisitos processuais que precisam ser preenchidos, e a urgência do caso levará a Haia uma série de argumentos jurídicos complexos na tentativa de conduzir o pedido sul-africano ao êxito.

Ainda assim, se a Corte Internacional de Justiça conseguir contribuir para o fim do conflito após ouvir as partes envolvidas, certamente estará exercendo com altíssimo seu papel de principal órgão judicial da Organização das Nações Unidas.

\*Lucas Carlos Lima é professor de Direito Internacional na Universidade Federal de Minas Gerais e coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Cortes e Tribunais Internacionais UFMG/CNPq.